



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE):
relato de experiência, comparação entre diferentes realidades das salas do
AEE

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES (AEE):
experience report, comparison between different realities of AEE classrooms

SERVICIOS EDUCATIVOS ESPECIALIZADOS (AEE):
*Informe de experiencia, comparativa entre diferentes realidades de las aulas
de AEE*

Alessandra Vitória Quaresma Pantoja¹
Luís Henrique Correa Marinheiro²
Darinez de Lima Conceição³

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Educação Inclusiva. Prática pedagógica.

[Inclusão, diferença e diversidade.](#)

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), 9394/96, legitima-se como instrumento normativo com vistas a assegurar a inclusão escolar. Nesse contexto, em seu o capítulo V, anuncia a educação especial como uma modalidade da Educação, perpassando, portanto, por todos os níveis, etapas do ensino brasileiro, tal normativa assegura que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (LDB, 1996, §1º).

Nesse contexto, as escolas públicas desenvolvem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), têm o papel fundamental na garantia da educação, oferecendo serviços que complementam e auxiliam na formação

¹ Estudante do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará - UFPA, alessandravitoria1709@gmail.com

² Estudante do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará - UFPA, luishenriquex21@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará/Vice-Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Contextos e Práticas Corporais na Amazônia (CUHÍRA), darynez@yahoo.com.br

dos estudantes, com diferentes recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo (organiza pedagogicamente a acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação).

Nessa perspectiva, a partir do desenvolvimento do Estágio Integrado em Educação Inclusiva, realizado por meio do curso de Educação Física (a Universidade Federal do Pará), o presente relato de experiência tem o objetivo socializar vivências construídas durante as atividades desenvolvidas em duas escolas da rede estadual de ensino dos municípios de Castanhal e Igarapé-Açu no Estado do Pará.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A década de 1990 apresenta-se, no cenário internacional, como um demarcador histórico, sobretudo o ano de 1994, pois este foi o ano da publicação da Declaração de Salamanca, resultado da mobilização em torno da temática da Educação Inclusiva.

No contexto nacional, a Constituição Federal (1988), propõe a garantia do direito à educação para todos, atribuindo ao estado o dever pela garantia deste acesso. Nesta linha, normativas como LDB 9394/96, Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI), entre outros, apresentam-se como importantes documentos de garantia de direitos ao processo de inclusão escolar.

O atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, faz-se urgente, pois historicamente estes sujeitos tiveram seu acesso à educação negado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou o Censo Demográfico de 2022, apontando que 7,3% da população brasileira (cerca de 14,4 milhões) são identificadas como pessoas com deficiência. E, nesta perspectiva, ao identificarmos os dados de acesso à Educação, verificamos que somente 3,2% tem suas matrículas na educação básica, e destes universos, somente 3,5% estão matriculados no AEE. Vale registrar ainda que o maior percentual de matrícula de estudantes com deficiência na educação básica, concentra-se na faixa etária até 14 anos.

As vivências proporcionadas pelo Estágio nos aproximaram das dinâmicas pedagógicas desenvolvidas no AEE, e, nesta perspectiva nos aproximamos das teorias apresentadas por (Vygotsky, 1989), ao defender a tese do desenvolvimento do aprendizado por meio das interações sociais dos indivíduos; pois essa perspectiva alinha-se às práticas pedagógicas desenvolvidas nas relações construídas pelos professores e alunos junto ao AEE, que visam contribuir de maneira benéfica para o indivíduo.

Os documentos normativos no cruzamento com a realidade da educação reafirmam a necessidade de fortalecermos a luta pela afirmação do Estado no cumprimento da garantia dos direitos enunciados na carta magna brasileira (Machado; Martins, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este relato de experiência registra vivências realizadas durante estágio Integrado em Educação Inclusiva, buscou aproximações com a abordagem qualitativa e descritiva, com observações a partir de Machado (2023), tendo como *lócus* duas instituições públicas de ensino vinculadas a rede estadual de educação dos municípios de Castanhal e Igarapé-Açu no Estado do Pará. As Instituições de Ensino apresentavam o AEE, as observações foram feitas durante os meses de maio e junho de 2025.

Os registros foram realizados através de diário de campo, ficha diagnóstica e as observações diárias das práticas pedagógicas, condições estruturais, recursos didáticos e pedagógicos, assim como, a participação de alunos, professores e responsáveis pelo atendimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os Estágios realizados nas Instituições escolares, observou-se de imediato, uma significativa importância na relação entre a disponibilidade de recursos didáticos e pedagógicos e a dinâmica nos atendimentos dos Estudantes.

Na escola localizada em Igarapé-açu-PA, foi possível identificar uma variedade de recursos pedagógicos, tais como quebra-cabeça, jogos da memória, ábacos, entre outros. Além de materiais específicos para estudantes com deficiência visual e auditiva. Destacamos, a presença do notebook destinado a uso didático, o que abrange as possibilidades de adaptações e atividades.

Em contraste, a escola situada em Castanhal-PA, apesar de integrar a região metropolitana de Belém, não apresentava uma disponibilidade de materiais pedagógicos se comparado a escola da região interiorana (Igarapé-Açu-PA). Essa limitação impõe desafios na elaboração de atividades adaptadas, exigindo do professor responsável uma maior criatividade para cumprir as demandas dos alunos da educação especial.

Outro aspecto relevante, diz respeito à postura dos estudantes em relação ao AEE. Enquanto, em Igarapé-Açu, observou-se uma procura constante pelo AEE para a realização de atendimento no contra turno, na produção de atividade e assistência com conteúdos trabalhados em sala.

Na Instituição de Ensino de Castanhal-PA, identificamos a baixa procura pelo atendimento do AEE, havia, por parte dos estudantes, sinalização de dúvidas sobre quando e para que utilizar o atendimento. Identificamos que muitas vezes a procura pelo AEE dava-se, sobre tudo, para auxílio durante atividades avaliativas. No desenvolvimento do Estágio os professores solicitaram-nos identificar os estudantes em sala de aula e chamá-los para realizar atividades, com materiais e alternativas que estavam disponíveis, o que evidencia diferenças no processo de engajamento dos discentes entre as duas instituições.

Nossas vivências nos auxiliaram a identificar dificuldade dos professores regulares em adaptar atividades, provas e aulas para estudantes com deficiências, pois muitos professores regentes não realizavam as adaptações, o que representa mais um obstáculo para o trabalho dos professores do AEE e dificulta o aprendizado dos discentes. Essa situação exige que os profissionais do AEE assumam responsabilidades de auxiliar os alunos com atividades sem adaptação, muitas vezes sem o devido apoio e articulações com os professores regulares.

CONCLUSÕES (OU CONSIDERAÇÕES FINAIS)

As experiências vivenciadas durante o Estágio Integrado em Educação Inclusiva nas duas escolas públicas dos municípios de Castanhal e Igarapé-açu, evidenciaram diferenças marcantes em relação à implementação do AEE e na garantia de direitos aos discentes. O estágio permitiu uma reflexão sobre os desafios da democratização de direitos no processo educacional com pessoas com deficiência, com questões estruturais, pedagógicas e empática, desancando uma maior necessidade de formação e orientação de docentes, fomentos para recurso e políticas para que na prática o AEE garanta o direito à educação para todos que necessitam do atendimento educacional especializado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **LDB** – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

MACHADO, Gabriela; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. Atendimento educacional especializado–AEE na educação infantil: entraves e possibilidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 1, p. 746-759, 2019.

MACHADO, J. R. F. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. **Devir Educação**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e-697, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/697>. Acesso em: 27 jun. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.